

JORNADA DE TRABALHO

Fim da escala 6x1
chega à reta decisiva

» FERNANDA STRICKLAND

A última semana foi marcada por uma intensificação dos debates sobre o fim da escala 6x1 no Congresso Nacional, em meio à aceleração da tramitação das propostas que tratam da redução da jornada no país. Entre audiências públicas, disputas políticas, pressão do governo e resistência do setor produtivo, a Câmara dos Deputados entrou na reta decisiva para votar medidas que podem alterar um dos principais modelos de trabalho adotados no Brasil.

Os próximos passos ganharam celeridade após um acordo entre o governo federal e a Câmara dos Deputados, estabelecendo duas frentes paralelas de tramitação: a Proposta de Emenda à Constituição (PEC 221/19), que promove mudanças constitucionais, e o Projeto de Lei (PL) 1.838/26, enviado pelo Executivo em regime de urgência. A estratégia prevê que os dois textos avancem de forma casada, enquanto o Congresso tenta construir um consenso político e econômico em torno da medida.

Segundo o advogado trabalhista Bruno Maciel, sócio da Advocacia Maciel, o processo, agora, concentra-se na conclusão dos debates na comissão especial ao longo de maio. O foco das audiências públicas é destravar dois pontos considerados centrais: a existência — ou não — de compensações e incentivos fiscais às empresas e o período de transição para implementação das novas regras.

“O relator precisa apresentar o texto final consolidado, que fixará a jornada em 40 horas semanais e

Bruno Spada/Câmara dos Deputados



Governo e Câmara dos Deputados fecharam acordo para votar os projetos ainda neste mês de maio

modelo 5x2 (dois dias de folga sem redução salarial”, afirmou Maciel, referindo-se ao deputado Leo Prates (Republicanos-BA).

A expectativa é de que a votação conjunta dos projetos no Plenário da Câmara seja pautada ainda em maio pelo presidente da Casa, Hugo Motta (Republicanos-PB). Para a próxima semana, os debates devem se concentrar especialmente na audiência pública voltada ao setor patronal, etapa considerada decisiva antes da conclusão do parecer.

A advogada trabalhista Elisa Alonso, sócia do RCA Advogados, avalia que o tema ganhou

prioridade no cenário político, com ampliação das audiências públicas e participação crescente de sindicatos, empresários e setores diretamente afetados pela mudança.

“Os debates relativos à redução da jornada e fim da escala 6x1 seguem como prioridade no cenário político, com intensificação das audiências públicas e maior participação de entidades empresariais, sindicatos e setores econômicos diretamente impactados”, afirmou.

De acordo com a especialista, a tramitação acelerada da comissão especial — que prevê apresentação do relatório na quarta-feira e votação ainda neste mês

— evidencia uma forte pressão política pela conclusão da proposta, especialmente diante da proximidade do calendário eleitoral e do apelo popular do tema.

Falta consenso

Apesar do avanço, a medida segue cercada de divergências. Setores empresariais têm reforçado preocupações com impactos econômicos e jurídicos, sobretudo em atividades que operam continuamente, como comércio, indústria, saúde e transporte. Entre os principais questionamentos estão o aumento de custos operacionais, necessidade de novas contratações, reorganização de turnos e regras de negociação coletiva.

Nesse cenário, a transição entre os modelos de jornada desponta como um dos principais pontos de embate. Enquanto o governo defende uma implementação sem redução salarial e sem compensações fiscais às empresas, representantes do setor produtivo pedem mais tempo de adaptação e estudos técnicos para evitar insegurança jurídica.

Nos bastidores da comissão, o deputado Joaquim Passarinho (PL-PA), presidente da Frente Parlamentar do Empreendedorismo (FPE), relatou pressão para barrar emendas à PEC do fim da escala 6x1. Segundo o parlamentar, aliados do governo e o presidente da Câmara, Hugo Motta, estariam atuando para evitar mudanças no texto constitucional, como dispositivos sobre redução salarial, flexibilização da jornada e definição da transição.

A avaliação dentro da base governista, segundo informações ditas na comissão, é de concentrar alterações mais complexas em um projeto de lei complementar, mantendo a PEC mais enxuta e focada apenas na redução da jornada semanal para 40 horas e garantia de dois dias de descanso.

Relator da proposta, o deputado Léo Prates afirmou que a PEC poderá ser votada no plenário da Câmara no próximo dia 27 de maio. O parlamentar indicou que seguirá dialogando com representantes empresariais antes de apresentar o parecer final e admitiu que as regras de transição poderão variar de acordo com a atividade econômica. Já o ministro do Trabalho e Emprego, Luiz Marinho, voltou a rejeitar qualquer forma de compensação financeira ao setor produtivo e afirmou que o debate precisa estar centrado em produtividade, qualidade de vida e melhoria do ambiente de trabalho.

“Eu vejo muita gente dizendo que só dá para fazer (a mudança na jornada) se tiver compensação tributária, se tiver isenção fiscal, isso ou aquilo. Não se discute redução da jornada de trabalho com esse tipo de argumento. Não haverá possibilidade nenhuma de qualquer compensação tributária ou isenção fiscal”, enfatizou Marinho, na quinta-feira, durante uma audiência pública sobre o tema em São Paulo. Ele alertou ainda contra a precarização dos contratos.

Brasil S/A
por Antonio Machado

machado@cidadebiz.com.br

190 não é a solução

A campanha presidencial, por sinal correndo muito antes do prazo legal sob a complacência de quem deveria contê-la, está tomada por escândalos, medidas eleitoreiras e quase nenhuma proposta relevante para o eleitor e para o futuro.

O mundo engatou a quinta marcha de mudanças sob o peso do mal-estar nas economias avançadas, da reorganização geopolítica e de rupturas tecnológicas, sobretudo a inteligência artificial. Aqui, no entanto, a maior parte dos políticos e das burocracias que os cercam continua operando com um modelo mental envelhecido, incapaz de compreender a velocidade e a natureza do que está mudando.

É uma campanha eleitoral pedestre nos temas e farta em agressões. Busca-se incitar o eleitorado pela emoção, não pela substância. Uns nada propõem porque não sabem o que propor. Outros sabem, mas preferem não levar às urnas o que exigiria contrariar o status quo e enfrentar interesses organizados antes de 2027.

Todos estão atrás de votos sob o estigma de que a corrupção volta a correr solta, como registra o senso comum captado nas pesquisas. É um sentimento turbinado pela exuberância do caso Master, essa mistura de Faria Lima com lavanderia de luxo, cujo maior feito talvez tenha sido demonstrar, mais uma vez, que, no Brasil, o poder institucional e seus agregados têm preço, estão à venda e os honorários viciam com espantosa facilidade todo o arco ideológico.

O grande personagem desse tempo é o duplê de banqueiro e pi-careta Daniel Vorcaro, chefe do Master e, talvez, de um laranjal, dado o vulto da lavanderia erguida em apenas cinco anos desde que saiu de Belo Horizonte para sentar praça na Faria Lima dos financistas.

Diante de tanto desaforo, os poderes formais, alarmados, chamam a polícia, trocam acusações de corrupção, fascismo, comunismo e toda a coleção de rótulos disponíveis. Não lhes ocorre a suspeita mais pueril: a desordem e degradação não decorrem da falta de leis mais duras, de mais repressão policial nem de juízes que prendam e não soltem. Talvez decorram da falta de governança, de administração e de bons gestores em todas as instâncias do poder estatal.

Quando corrupção vira método

É disso que tratam, no fundo, os casos escabrosos do tamborete de Vorcaro, do mensalão, do petróleo, das 700 mil mortes na covid, do orçamento secreto operado por políticos que servem a si mesmos e à sua tchurma, das licitações suspeitas, das fortunas relâmpago e de tantas outras vitrines de um sistema estatal desvirtuado.

Quando o Estado perde comando, abre-se espaço para malfeitos: a sua captura por lobbies, ocupação corporativa de nacos estatais, crime dando ordens em territórios urbanos, respases sem controle, desvios de função, cadastros oficiais vulneráveis, convênios sem destinatário conhecido, as verbas que evaporam entre a caneta e a ponta. Não tem mistério moral. É falha de gestão.

Onde há fraude recorrente, há perda de controle do administrador. Onde há desfalque seguido, faltou a cadeia de supervisão, comando, verificação e punição. Quando tudo isso some, a corrupção deixa de ser exceção e vira método com codinomes de centrão e quejandos.

O Brasil não se degradou de repente. Perdeu o comando aos goles. Desde 1980, crescemos pouco mais de 2% ao ano, muito abaixo do mundo e ainda mais distantes dos países em desenvolvimento. Não é que faltaram leis, polícia, tribunais, CPIs, operações com nomes criativos. Faltou direção. Faltou gente com capacidade de fixar metas, cobrar resultado e organizar os meios para alcançá-lo.

Falta semear as mudanças

Estamos assim: o velho modelo de que o consumo movido a crédito poderia substituir o investimento se exauriu. Em seguida, o vício dos juros altos, que remuneram a inércia, punem o risco produtivo e atraem o capital para a renda fácil. Resultado: o setor público perdeu musculatura para investir, o setor privado perdeu estímulo para ousar e a política perdeu o hábito saudável de planejar.

Quando isso ocorre, a corrupção vira sintoma operacional de um sistema sem comando, não só desvio moral para a polícia resolver. Nosso problema, portanto, não é pequeno. O Estado deixou de ser organizador da prosperidade para virar muitas vezes consumidor de impostos, protetor de nichos ineptos e carregador de privilégios.

Em vez de expandir a base produtiva, passou a gerir escassez. Em vez de baixar o custo de empreender, elevou o custo do capital e da burocracia. Em vez de servir de plataforma para o investimento, frequentemente funciona como pedágio free flow caro e ardiloso.

Com investimento ralo, a produtividade não acelera e, sem ela, o crescimento não ganha tração. Sem crescimento, a arrecadação fica dependente de aumento de tributos, inflação, dívida ou tudo junto e misturado. Com juros altos, a própria dívida vira mecanismo de transferência de renda para dentro do circuito financeiro, sugando o espaço que deveria ir para infraestrutura, tecnologia, logística e serviços públicos decentes. Resignamo-nos a arbitrar carências.

A “engenharia da prosperidade”

A verdade é que o 190 atende a emergência, não a antecipa. Gestão eficiente busca prevenir o desastre. País nenhum sai da estagnação moralizando o varejo da crise sem reorganizar o atacado do poder.

Aos fatos: acostumamo-nos a aceitar a mediocridade, multiplicando normas, terceirizando obrigações, evitando conflitos e apelando, com absurda frequência, a altares supremos como se constituição e leis gerem ordem e riqueza. Tudo isso é necessário em seu devido lugar. Mas nada disso substitui administração e política efetiva.

Países se degradam porque a política deixa de representar o senso nacional, porque os bons gestores somem, as estruturas de controle perdem autonomia, ninguém fixa meta para nada nem cobra resultado. Sem tais chatices, vá lá, as instituições não servem ao bem comum.

Deem metas à política, missão aos governantes, autonomia real aos controladores, instrumentos modernos aos gestores, que o interesse público ressurgir. Começa-se diminuindo improviso, evitando o álbi da retórica penal, eliminando a complacência com a inércia.

Fazer a diferença, que parece ser o que anseia a maioria ao expor insatisfação com os candidatos, implica formular uma “Engenharia da Prosperidade”, com foco na eficiência do setor público de modo a abrir espaço a um plano que se pague sem pedir mais sacrifícios ao contribuinte. E há espaço para outra evolução: a arrecadação de impostos em tempo real, processada no ato de cada transação.

É o que se fez na Índia. Dispomos de todo o aparato técnico para repetirmos esse modelo. No limite, dispensa-se a declaração anual de impostos. Um país que fez o Pix de modo absolutamente tranquilo e sem trauma pode fazer o que a Índia, país muito mais complexo, fez com seus impostos e meios de pagamento. O Brasil está pronto para mudar. A política e as elites é que precisam acreditar.

ADEMI DF

Associação de Empresas do Mercado Imobiliário do Distrito Federal

Informativo do mercado imobiliário

Brasília-DF, 17/05/2026

Empresários do mercado imobiliário debatem tecnologia e produtividade com especialistas nacionais

A aceleração tecnológica, que já havia embarcado no planejamento, formulação e gestão de projetos de engenharia e arquitetura, transbordou para a área de marketing e vendas e chegou aos canteiros de obras. Hoje, o empresário do mercado imobiliário dispõe de um universo de ferramentas cada vez maior, que podem trazer valor para toda a trajetória de um empreendimento, da concepção ao pós-venda.

Ter acesso à informação qualificada, antever e preparar-se para tendências, assim como conhecer experiências bem-sucedidas e os profissionais que as implementaram são oportunidades estratégicas para que o empreendedor possa tomar melhores decisões e escalar seu negócio com assertividade.

Com objetivo de promover essas conexões, a Associação de Empresas do Mercado Imobiliário (ADEMI DF), em parceria com a

Squad Realty, trouxe para Brasília a primeira edição do ADEMI DF Connections, que reuniu mais de 15 palestrantes de reconhecimento nacional na última quinta-feira (14), no espaço de eventos Porto Vitória. O evento, exclusivo para associados à ADEMI DF, contou com a presença de mais de 100 empresários do setor imobiliário, motivados por ampliar os horizontes e fortalecer sua atuação.

O mercado imobiliário é um dos segmentos que alavanca a indústria da construção civil em todo o país, com criação de empregos intensiva e impacto decisivo na vida das pessoas. Esse movimento dos empreendedores, pautado pelo debate responsável, compartilhamento de boas práticas e busca por atualização, reforça o compromisso do mercado imobiliário com o futuro da habitação. E o principal beneficiário é o cliente final, que terá opções de imóveis cada vez melhores à sua disposição.

SCIA Quadra 11, Conjunto 2, Lote B - Guará - Brasília/DF - Fone: (61) 3328-7597

E-mail: ademidf@ademidf.com.br

Acompanhe: www.ademidf.com.br | @ademidf